



DIÁLOGO A FONDO

El blog del FMI sobre temas económicos de América Latina

Ampliar as oportunidades de comércio na América Latina e Caribe

Kimberly Beaton, Valerie Cerra, Metodij Hadzi-Vaskov e Rosalind Mowatt

13 de abril de 2017

O comércio tem ajudado a impulsionar o crescimento econômico nas economias avançadas e em desenvolvimento. Contudo, nem todas as regiões têm tirado partido dessa oportunidade. Os países da América Latina e Caribe transacionam menos, tanto entre si quanto com outros países. Assim, a região está desperdiçando um ingrediente crucial para revigorar seu crescimento.

Um novo [relatório do FMI](#) examina a integração comercial na América Latina e Caribe com base em um grande conjunto de estudos analíticos e em um levantamento com autoridades da região sobre políticas e estratégias comerciais. Constata-se que o aumento da integração comercial pode ajudar a estimular o crescimento na América Latina, sobretudo em vista das fracas perspectivas econômicas regionais e mundiais. Além disso, o relatório recomenda políticas para reforçar os laços comerciais da América Latina e, ao mesmo tempo, zelar para que os benefícios do comércio sejam compartilhados de forma equitativa.

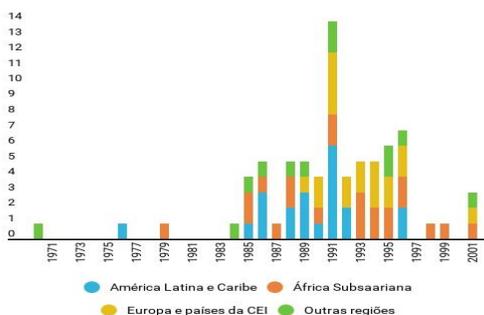
À sombra de outras regiões

A América Latina e o Caribe passaram por uma onda de liberalização do comércio a partir do fim da década de 1980, ampliando fortemente sua rede de acordos de comércio regionais a partir da década seguinte. As tarifas de importação caíram de uma média ponderada de cerca de 12% no fim da década de 1990 para cerca de 6% nos últimos anos.

Queda das tarifas

A liberalização do comércio na América Latina e Caribe começou em meados da década de 1980.

(episódios de liberalização comercial por região)

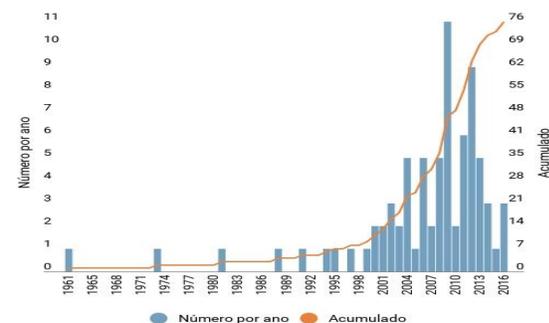


Fontes: Tabela A-2 em Wacziarg e Welch (2008) e cálculos do corpo técnico do FMI.

Ascensão dos acordos comerciais

Os acordos de comércio regionais na América Latina e Caribe expandiram-se desde a década de 1990.

(número de acordos comércio regionais por data de entrada em vigor)



Fontes: OMC e cálculos do corpo técnico do FMI.



Apesar desse progresso, o comércio representa apenas cerca de 44% do PIB regional, bem abaixo das cifras de muitas outras regiões de mercados emergentes. Além disso, apenas 15% das exportações da América Latina e Caribe se destinam a países de dentro da região, em comparação com mais de 50% do total das exportações entre os países desenvolvidos tanto na Europa como na Ásia.

De certa forma, esse desempenho reflete a dominância das exportações de commodities em muitos países, a presença de barreiras geográficas significativas e a participação relativamente limitada da região nas cadeias de valor mundiais, nas quais o comércio está associado a operações de produção em múltiplos países. Além disso, as grandes economias sul-americanas, em especial os países do Mercosul, são consideravelmente menos abertos ao comércio em comparação aos países da América Central e do Caribe, aplicam tarifas de importação mais altas, inclusive ao capital e aos produtos intermediários, e não estão tão bem conectados ao restante da região por meio de acordos. Assim, nenhum dos grandes países da América Latina surgiu como um centro comercial, em contraste com a África do Sul e a China nas suas respectivas regiões.

Acelerar o crescimento por meio da integração regional

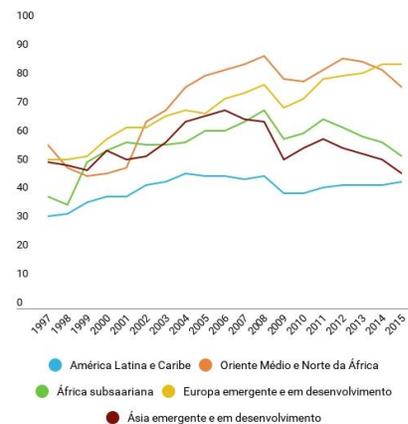
Estudos do FMI constatam que a integração comercial pode impulsionar a atividade econômica. Embora o fortalecimento do comércio com economias avançadas possa apresentar o maior potencial para que a América Latina e o Caribe se beneficiem do conhecimento e das repercussões no campo da tecnologia, a integração regional pode oferecer uma oportunidade maior para a região colher os benefícios do comércio em termos de crescimento, em vista da conjuntura atual. Na verdade, nossas estimativas mostram que, se a América Latina e o Caribe conseguissem elevar a integração regional e a participação nas cadeias de valor mundiais ao mesmo patamar da Ásia, uma região altamente integrada, cada um desses avanços geraria um potencial de aumento do crescimento per capita da região de cerca de 1 ponto percentual.

A atual queda dos preços das commodities também pôs em destaque a importância de diversificar as exportações. Por exemplo, um aumento de 25% na diversificação da pauta de exportação regional poderia aumentar o crescimento real per capita em 1 ponto percentual, segundo estimativas.

O impacto sobre a desigualdade de renda

A desigualdade de renda na América Latina e Caribe medida pelo coeficiente de Gini já figura entre as mais altas numa comparação internacional; será que a região conseguiria buscar uma

Comércio regional limitado
A América Latina e o Caribe são menos abertos ao comércio em comparação a outras regiões.
(em porcentagem do PIB)



Fontes: Base de dados do WEO e cálculos do corpo técnico do FMI.

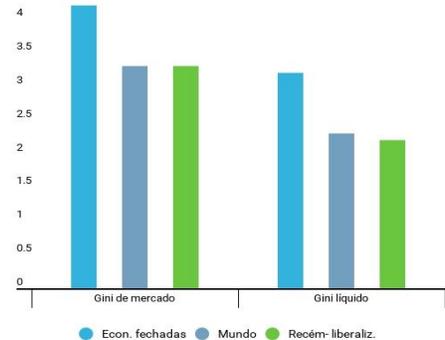


maior integração comercial sem prejudicar a distribuição de renda? Nossa análise de países de todo o mundo sugere, de forma consistente, que a abertura comercial não tem um impacto adverso na desigualdade de renda agregada.

Após episódios de liberalização comercial, as variações da desigualdade de renda registradas nos países recém-liberalizados da região refletiram as tendências mundiais. Em outras palavras, o aumento da abertura comercial não foi o fator principal por trás da elevação da desigualdade agregada. Ainda assim, a abertura comercial pode gerar impactos diferentes entre os setores, produzindo ganhadores e perdedores dentro de uma economia, mesmo que o conjunto da economia se beneficie do fortalecimento do comércio.

Sem impacto significativo sobre a desigualdade

Os países da América Latina e Caribe que iniciaram a liberalização mais recentemente não experimentaram um aumento maior da desigualdade em comparação à média mundial (variação no coeficiente de Gini 10 anos antes e depois da liberalização comercial)



Fontes: Standardized World Income Inequality Database; Beaton, Cebotari, Komaromi, IMF WP 17/46.
Nota: O coeficiente de Gini varia de 0 (quando todos têm a mesma renda) a 100 (quando um indivíduo recebe toda a renda).



Políticas favoráveis ao comércio e aos trabalhadores

Nosso relatório identifica uma série de políticas para fomentar o comércio e ajudar os trabalhadores a adaptar-se às transformações econômicas.

Integração regional. É chegada a hora de renovar a ênfase na integração regional na América Latina e Caribe, bem como nos esforços para criar cadeias de valor regionais. Essas cadeias produziram repercussões no campo da tecnologia e ampliaram a participação das empresas de menor porte no comércio. Nos últimos anos, a região tem voltado a atenção para a assinatura de mais acordos bilaterais de comércio, em vez de desenredar seu complexo e emaranhado sistema de acordos bilaterais e multilaterais de comércio, cada um com suas regras distintas. Tendo em mente o objetivo de, no futuro, celebrar um acordo comercial regional, os países poderiam trabalhar para harmonizar as regras comerciais existentes, fortalecer os vínculos entre os blocos regionais e eliminar as barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intrarregional.

Políticas comerciais não tarifárias. A experiência na Ásia demonstra a importância da integração regional liderada pelo setor privado e dos vínculos entre o comércio regional e o investimento. Assim, os acordos entre os países da América Latina e Caribe, que abordam questões como regras de investimento e política de concorrência, seriam importantes para facilitar o investimento e as cadeias de produção transfronteiriças. Além dos acordos comerciais, o reforço da cooperação em questões e normas regulatórias, a facilitação do comércio e as melhorias na conectividade da região são iniciativas que poderiam gerar avanços fora do âmbito das negociações comerciais tradicionais.

Liberalização unilateral. O aumento da integração regional não é incompatível com um impulso para ampliar a integração comercial com o resto do mundo. Há espaço para os países da região liberalizarem o comércio unilateralmente, sobretudo nos países onde as barreiras comerciais a bens intermediários são elevadas e as barreiras não tarifárias proliferaram nos últimos anos.

Infraestrutura e desenvolvimento do capital humano. Em nosso levantamento, muitas autoridades nacionais mencionaram essas duas áreas como grandes obstáculos à exportação. Dados empíricos também confirmam essa observação: a modernização da infraestrutura reduziria os custos comerciais, facilitaria as cadeias de produção e estimularia as exportações de setores com alto valor agregado, assim como o investimento na melhoria da qualificação.

Apoio aos trabalhadores. Para que os ganhos beneficiem a todos, é crucial administrar os efeitos distributivos do comércio por meio de políticas para o mercado de trabalho e redes de segurança social. As autoridades dos países da região apontam que esse tema não recebeu a devida atenção no passado. Além disso, uma futura liberalização do comércio pode ocorrer em meio a perspectivas menos favoráveis de crescimento mundial; para um público mais cético, isso só irá ressaltar os aspectos humanos e econômicos negativos. Suavizar o processo de ajuste para os trabalhadores e setores afetados negativamente pela liberalização do comércio também ajudará a fortalecer o apoio ao livre comércio na região.



Kimberly Beaton é economista do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, onde faz parte da equipe do Panamá. Anteriormente, foi Assessora Sênior do Diretor Executivo para o Canadá, Irlanda e Caribe. Antes de ingressar no FMI, foi economista do Banco do Canadá. Tem mestrado em Economia pela Queen's University no Canadá.



Valerie Cerra é Diretora Adjunta e Chefe da Divisão de Países Latinos do Caribe do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI (WHD). É também chefe de missão para o Panamá, tendo sido também responsável pela equipe da Colômbia e Venezuela. Antes do WHD, trabalhou no Departamento de África, no Instituto do FMI, no Departamento da Europa e no Departamento da Ásia e do Pacífico. Cidadã norte-americana, Cerra é formada em finanças e engenharia pela Universidade da Pensilvânia, e doutora em Economia pela Universidade de Washington. Antes de seus estudos de pós-graduação, trabalhou como analista financeira numa empresa de consultoria nos Estados Unidos. O foco de seus estudos são as áreas de macroeconomia internacional, taxas de câmbio, crises financeiras e crescimento.



Metodij Hadzi-Vaskov é economista do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI. Faz parte da equipe do Panamá, tendo trabalhado anteriormente com a equipe da República Dominicana. Seus estudos concentram-se nas áreas de macroeconomia internacional, mercados emergentes, spreads soberanos e comércio internacional. Tem doutorado em Economia pela Universidade de Utrecht, nos Países Baixos.



Rosalind Mowatt é economista do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI, onde faz parte da equipe da Nicarágua. Já trabalhou também no Departamento de Secretaria do FMI. Antes de ingressar no FMI em 2007, foi economista do Tesouro Nacional da África do Sul. Tem mestrado em Economia pela Universidade de Witwatersrand em Joanesburgo.